

4. Execução da pesquisa e análise dos resultados

Esta etapa do trabalho apresenta os resultados da pesquisa de campo que foram organizados e interpretados. A análise foi feita para atender aos objetivos da pesquisa, cujos dados foram coletados através de duas entrevistas, com as questões sendo respondidas na presença da pesquisadora.

Tomou-se como sujeitos informantes (8) pessoas, sendo quatro (4) colaboradores do Centro de Convivência da Família Pe. Pedro Vignola, e (4) representantes de famílias que participam das atividades oferecidas na instituição.

O roteiro de entrevista foi constituído de três momentos, com todos os contatos acontecendo em um único dia da semana, tanto pela parte da manhã como à tarde. Primeiramente entrevistou-se o grupo formado com os oito informantes (quatro colaboradores do Centro e quatro representantes das famílias). O levantamento de dados com essas pessoas possibilitou à pesquisadora conhecer a opinião dos entrevistados sobre:

- a) *As maiores dificuldades enfrentadas pelas famílias brasileiras;*
- b) *As políticas públicas de atendimento às pessoas carente na cidade de Manaus;*

No segundo momento, as entrevistas ocorreram somente com os colaboradores do Centro, cujas questões levantadas foram:

- a) *Perfil das famílias atendidas;*
- a) *Como acontece a atuação das equipes de atendimento;*
- b) *Quais atividades oferecidas pelo Centro;*
- c) *Quais desafios enfrentados pelo Centro;*
- d) *Quais as vantagens do centro para a população atendida, e se os resultados almejados têm sido alcançados.*

No terceiro momento, acontece a entrevista somente com os representantes das famílias atendidas, que responderam às seguintes indagações:

- a) *O que levou você a participar do Centro de Convivência da Família Pe. Pedro Vignola?*
- b) *Como você define o Centro de Convivência da Família Pe. Pedro Vignola?*
- c) *Qual sua opinião a respeito da atuação das equipes de atendimento?*
- d) *Dentre as atividades oferecidas pelo Centro, em qual você participa?*
- e) *Quais foram os resultados mais importantes obtidos na sua vida com a participação no Centro?*

Dentro dessa situação, está a verificação de que as pessoas entrevistadas, guardadas as especificidades de suas condições vivenciais no Centro, possuem visão semelhante para os diversos aspectos que envolvem a temática do estudo, possibilitando, portanto, explicações únicas para o atendimento ao objetivo geral e aos específicos, e melhor adequação para o alcance de seus resultados.

Desse modo, inicialmente são apresentadas as análises das respostas do primeiro eixo, envolvendo, conjuntamente, os depoimentos dos colaboradores da instituição e dos representantes das famílias atendidas.

Com intuito de salvaguardar aqueles que possibilitaram o estudo, protegendo-os sobre possível identificação, estes são tratados como Colaboradores (funcionários do Centro) e Representantes famílias atendidas.

4.1. Análise e discussão dos formulários aplicados

4.1.1. Perfil dos entrevistados

O grupo de colaboradores da instituição foi composto por (4) pessoas, sendo um Assistente Social, uma Psicóloga e duas Assistentes administrativas, com idade entre 16 e 32 anos, com o tempo de trabalho de seis a três anos. No que se refere ao grau de escolaridade, pode-se apontar um respondente pós-graduado, dois graduados e um com Ensino Médio incompleto.

O grupo com as famílias, formado por (4) pessoas, constituiu-se de informantes do sexo feminino, moradoras de bairros adjacentes ao Centro, sendo três casadas e uma solteira, com idade entre 37 e 62 anos; três com Ensino Médio completo e uma com Ensino Médio incompleto; uma servidora pública, duas que trabalham como diaristas e uma que se encontra desempregada, com tempo de frequência na entidade entre 1 a 2 anos.

4.1.2. Análise das entrevistas

A tabela 1 abaixo, apresenta a opinião dos entrevistados a respeito das maiores dificuldades enfrentadas pelas famílias na atualidade.

Tabela 1- Opinião sobre as maiores dificuldades enfrentadas pelas famílias brasileiras.

Respondentes	Depoimento
<p align="center">Colaboradores</p>	<p><i>“Na minha opinião a maior dificuldade é a falta de conhecimento, educação, porque sem conhecimento não se sabe os acessos possíveis, não se conhece os direitos, deveres. Aqui mesmo no Centro há essa dificuldade de sensibilização das pessoas que aqui freqüentam”.</i></p>
	<p><i>“Acredito que sejam em relação à estrutura familiar, problemas sócio-econômicos”.</i></p>
	<p><i>“Creio que seja principalmente a desestrutura familiar que atinge todos os níveis sociais”.</i></p>
	<p><i>“Na minha opinião, são muitas as dificuldades, mas, o mais grave é a desestrutura, a desarmonia que dilacera muitos lares”.</i></p>
<p align="center">Representantes famílias atendidas</p>	<p><i>“No meu entender, as famílias hoje estão perdendo seu valor, os filhos não respeitam mais os pais e às vezes os próprios pais não se preocupam em dá uma boa educação para seus filhos”</i></p>
	<p><i>“Para mim a família de hoje já não é mais como antigamente, ta tudo diferente. Acho que não há mais respeito. Uma pessoa que pensa em formar família hoje ta aceitando um grande desafio, principalmente se pretende colocar filho no mundo”.</i></p>
	<p><i>“A maior dificuldade é a falta de trabalho que muitas famílias enfrentam. Vivo em um bairro de periferias e conheço gente que vive situação complicada de família, pai que bebe, filho viciado em droga, brigas, muitas brigas.</i></p>
	<p><i>“As famílias enfrentam principalmente a falta de valores, de respeito, os filhos não estão nem aí para os pais, cedo saem para o mundo para aprender coisa que não presta”</i></p>

Fonte: Centro de Convivência da Família Pe. Padre Vignola (2011).

De acordo com Mioto (2004), a situação de sofrimento e abandono de milhares de crianças e adolescentes em todo o mundo tem colocado em pauta o discurso sobre a importância da família no contexto da vida social.

No conjunto dos depoimentos coletados, verifica-se que dentre as inúmeras dificuldades pelas famílias na atualidade, a desestrutura familiar e a perda de valores são apontados como as mais preocupantes comprovando o discurso de muitos estudiosos quando afirmam que a família na sociedade

moderna padece da necessidade de continuar sendo fonte de manutenção de vínculos afetivos mais coesos.

Isso não significa que o sentido de família tenha deixado de existir, mas sim que em muitas situações, ela parece ter-se tornado uma instituição falida, que perdeu seus valores anteriores e não está conseguindo substituí-los por outros (Souza, 1996).

Ao abordar o assunto, Sarti (2005) comenta que no mundo contemporâneo, as mudanças ocorridas na família dizem respeito à perda do sentido da tradição.

Vivemos numa sociedade aonde a tradição vem sendo abandonada como em nenhuma outra época da História. Assim, o amor, o casamento, a família, a sexualidade e o trabalho, antes vividos a partir de papéis preestabelecidos, passam a ser concebidos como parte de um projeto em que a individualidade conta decisivamente e adquire cada vez maior importância social (Sarti, 2005, p. 43).

E desse modo, a família, grupo social formado por indivíduos diferenciados que se relacionam cotidianamente, gerando complexa trama de emoções, nos tempos atuais tem sido objeto de debates nas diversas áreas do conhecimento, tendo-se em conta a urgente necessidade de se reconhecer e revalorizar essa instituição nos seus diversos arranjos e processos de busca de qualidade de vida e de convivência humana feliz.

No discurso de Melman (2008; 92): “Pela primeira vez na história, a instituição familiar está desaparecendo, e as conseqüências são imprevisíveis. Impressiona que antropólogos e sociólogos não se interessem por isso”.

Ackerman (apud Souza, 1996), por outro lado, situa quatro tipos de famílias, conforme o grau de êxito ou fracasso no manejo dos problemas e conflitos, quais sejam:

a) a família que enfrenta os problemas e é capaz de delimitá-lo corretamente, conseguindo uma solução realista;

b) a família que não é capaz de encontrar a solução realista, embora tenha condições para conter o problema, controlar seus efeitos potencialmente negativos;

c) a família que já não é capaz de encontrar solução realista, nem de conter os efeitos destrutivos do problema. Este tipo de família, normalmente adota um padrão impulsivo, inadequado, autodestrutivo; e

d) a família em que o fracasso contínuo nos três níveis anteriores gera sinais progressivos de desintegração emocional, que podem levar à desorganização e destruição do grupo.

Outro aspecto importante que surge na análise do autor citado, e que interferem na dinâmica da família é a desorganização sócio-econômica crônica e intensa, que acaba por gerar uma destruição gradual dos laços afetivos, situação essa que impede a busca de soluções para os fracassos.

Trata-se de situações em que o funcionamento familiar deixa clara sua causalidade circular, por obedecer ao princípio da retroalimentação negativa em que a organização se mantém estável; não há mudanças (Ackerman apud Souza, 1995; 180).

Por tudo isso, a vivência familiar nunca é apenas a reposição de formas de conduta ou de modelos já estabelecidos, nem a família é instituição dedicada a assegurar a continuidade inalterada do processo de reprodução social. Ao contrário, como afirma Romanelli (2005), a ação família como grupo de convivência, é marcada por uma dinâmica intensa, que demanda de seus integrantes um constante exercício de repensar o presente e o futuro, o que os leva a reorganizarem continuamente suas estratégias.

No mesmo nível de pensamento. Bruschini (2005, p. 77), diz que a família não é uma soma de indivíduos, mas um conjunto vivo, contraditório e cambiante de pessoas com sua própria individualidade e personalidade. "Não há completa harmonia e unidade interna na família. Esta é o seio de lutas pela individualização de seus membros, que entram em conflito com os esforços do grupo para manter a unidade coletiva", sintetiza a autora.

Por tudo que foi colocado, não restam dúvidas de que a função da família na modernidade encontra-se confusa e debilitada. Nessa circunstância, como acredita Osório (1997), torna-se imperiosa a busca de novos diferenciais para albergar, no conceito de família, os vínculos distanciados da estrutura convencional, porque sem a noção de limites, os membros mais jovens

perderam os referenciais para orientar sua conduta social e tornam-se co-gestores da violência coletivizada que inferniza a vida urbana contemporânea.

Mas, nesse cenário de mudanças e de descompasso, não se pode deixar de reconhecer que a família continua sendo elemento ativo que nunca estaciona, que prossegue sendo o meio natural para o crescimento e o bem-estar de todos os seus membros.

Isso se dá, segundo Hironaka (apud Gabbo, 2010, p. 6),

porque a família é uma entidade histórica, interligada com os rumos e desvios da história, ela mesma na exata medida em que mudam as estruturas e a arquitetura da própria história através dos tempos. Sabe-se, enfim, que a família é, por assim dizer, a história, e que a história se confunde com a história da própria humanidade.

A família, portanto, ainda que enfrentando crises, não está ameaçada de extinção. Pelo contrário, a família, como acredita Osório (1997) é e continuará sendo um laboratório de relações humanas onde se testam e aprimoram os modelos de convivência que enseja o melhor aproveitamento dos potenciais humanos para a criação de uma sociedade mais harmônica e promotora de bem-estar coletivo.

Entende-se com isso que as alterações ocorridas no modelo tradicional da sociedade não comprometeram os vínculos familiares nem acabaram com a família. Ao contrário, ela permanece sendo reivindicada como único valor seguro ao qual ninguém quer renunciar. Como diz Dias (2003, p. 269) "mudam os costumes, os homens e a história, só não muda a atávica necessidade de cada um de saber que, em algum lugar, se encontra o seu porto e seu refúgio, vale dizer, o seio de sua família".

A tabela 2 mostra a opinião dos entrevistados acerca das políticas pública de atendimento às pessoas carentes, especificamente na cidade de Manaus

Tabela 2- Opinião sobre as políticas públicas na cidade de Manaus.

Respondentes	Depoimento
Colaboradores	<i>“Falta incentivo municipal do nosso governo em relação à demanda população carente que é muito grande no Estado”.</i>
	<i>“Creio que esteja faltando maior articulação das políticas públicas; precisa-se fazer um mapeamento da população em estado de pobreza, para que assim haja melhor atendimento, pois faltam dados de quem é atendido e quem não é”.</i>
	<i>“Em minha opinião, a atuação das políticas públicas na cidade tem sido positiva, o que deixar a desejar é a falta de acessibilidade às oportunidades oferecidas. O Estado criar programas sociais de amparo aos menos necessitados, mas poucos conseguem usufruir o que é oferecido”.</i>
	<i>“Acredito que alguma coisa nesse sentido tem sido feito em Manaus. O que falta é esclarecimento, maior divulgação para o público”.</i>
Representantes famílias atendidas	<i>“Eu acho que isso funciona de forma muito precário em Manaus, pois nos que somos pessoas pobres sofremos por falta de um melhor atendimento em todos os lugares onde vamos buscar ajuda”</i>
	<i>“No meu entender os governantes não estão nem aí para os pobres. Manaus hoje é uma cidade cheia de favelas, mas é porque os mais pobres não tem onde morar”.</i>
	<i>“No geral acho que houve uma melhora. Aqui em Manaus tem muita gente sofrendo com a pobreza, mas o governo tem procurado ajudar”.</i>
	<i>“”Eu me considero uma pessoa carente e aqui em Manaus a minha vida não melhorou muito não. As pessoas dizem que as pessoas que chegam de fora estão criando favela aqui. Mas a gente vem para cá atrás de trabalho e o que encontra não dá para viver melhor e morar num lugar que não seja uma invasão. O governo devia olhar o pobre com mais respeito”.</i>

Fonte: Centro de Convivência da Família Pe. Padre Vignola (2011).

Os resultados sinalizam que as políticas públicas de atendimento às pessoas carentes na cidade de Manaus se mostram insatisfatórias. Ainda que alguma coisa esteja sendo feita no sentido de melhorar a vida dessas pessoas, como mostram os depoimentos, falta incentivo e maior articulação com as necessidades da demanda, que vive em condições precárias na favelas que avançam sobre a cidade.

Manaus é hoje considerada uma metrópole, com seus mais de 1,7 milhões de habitantes, sendo vista também como o maior centro financeiro do Norte do país, além de porta de entrada para milhares de turistas, que vêm para a região com o interesse de ver de perto a exuberância e os mistérios da Amazônia.

Manaus na atualidade conta com um Pólo Industrial que como afirma o Boletim da Câmara de Comércio e Indústria Nipo-Brasileira do Amazonas (2010), é um dos mais modernos parques fabris da América Latina e a mais bem-sucedida estratégia de desenvolvimento regional, pois alia desenvolvimento econômico à proteção ambiental, o que proporciona a preservação da floresta.

Nos últimos tempos houve avanços na infra-estrutura urbana em alguns pontos da cidade. O Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus (PROSAMIM) promoveu a urbanização de áreas próximas aos igarapés, que estavam totalmente degradadas, em razão de ocupação desordenada.

Mas Manaus, com as conquistas obtidas com a instituição da Zona Franca na década de 60 e com a implantação do Pólo Industrial, tem atraído não só investidores nacionais e internacionais, mas também milhares de pessoas de outro Estado brasileiro, que chegam à cidade em busca de trabalho. Essa situação gerou uma urbanização acelerada e desigual.

Nos comentários de Assad (2011, p. 6):

Em Manaus, os problemas decorrentes da urbanização acelerada se tornam patentes, especialmente a partir da criação da Zona Franca de Manaus, através do Decreto-Lei 288 de 28/02/1967. Foi um momento importante para o processo de desenvolvimento do Estado do Amazonas, que passou a atrair grandes números de pessoas oriundas de outros Estados. Esse aumento da população em Manaus trouxe conseqüências para o agravamento da questão urbana, da saúde pública e da exclusão social.

O problema, como lembra a autora citada, fica evidente quando se analisa o crescimento demográfico da população. Em 1970, por exemplo, Manaus possuía em torno de 300 mil habitantes. Na atualidade, a população do Estado, segundo Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população do Estado saltou para aproximadamente 1,7 milhões de habitantes, crescimento este provocado pelo imenso êxodo rural e pelo fluxo migratório, um enorme contingente populacional que abandonam seus lugares de origem, atraído pelas expectativas de emprego e melhores condições de vida.

A grande questão é que, como frisa Assad (2011), a grande maioria dessa população tem baixo nível de escolaridade e pouca ou nenhuma qualificação profissional. Essa situação, aliada a outros problemas como ausência de políticas públicas, faz com que milhares de pessoas vivam na cidade de Manaus sem nenhuma perspectiva de melhoria de vida.

Estes passam a receber algum tipo de saneamento ou infra-estrutura básica nas épocas de campanhas políticas. O Poder Público mostra com essas políticas rasteiras que está “fazendo o social”, se preocupando apenas em asfaltar as ruas, ou colocar tubulação de água (Assad, 2011, p. 11).

A ausência de políticas públicas sociais, portanto, acaba favorecendo o aumento de grande massa de marginalizados, de excluídos populacionais que sobrevivem sem acesso aos direitos básicos, aglomerando-se em barracos, sujeitos a todo tipo de riscos sociais e ambientais.

As Políticas Públicas consistem na implantação, gestão e avaliação das Políticas Sociais, uma forma de gestão estatal na ampliação do atendimento dos direitos sociais. “A Política Pública é um direito do cidadão viabilizado pelo Estado”, afirma Torres (2005, p. 2).

Desse modo, constitui-se público o usuário da Política de Assistência Social, cidadãos e grupos que se encontram em situações de vulnerabilidade e riscos, tais como: famílias e indivíduos com perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade e exclusão pela pobreza.

Na concepção de Menezes (2004), o sentido objetivo das Políticas Sociais, pode ser interpretado de três formas principais:

a) As Políticas Sociais estão orientadas para dar continuidade ao processo de desenvolvimento humano. Sua bandeira é investir recursos ‘nas pessoas’, garantindo que todos tenham acesso a um mínimo de educação, saúde, alimentação, saneamento e habitação, bem como às condições para aumentar a expectativa de vida e para alcançar uma distribuição mais equitativa das oportunidades.

b) As Políticas Sociais – seja por razões de equidade ou de cálculo político – estão direcionadas para compensar conjuntamente os efeitos da revolução tecnológica e econômica que caracteriza a globalização, sendo

necessária para garantir a continuidade da política de ajuste estrutural, delineada para liberar as forças de mercado.

c) As Políticas Sociais são elaboradas para ‘instrumentalizar’ a Política Econômica, mais do que para continuá-la ou compensá-la. Seu principal objetivo é a reestruturação do governo descentralizando-o ao mesmo tempo em que o reduz, deixando nas mãos da sociedade civil competitiva a alocação de recursos, sem mediação estatal.

Esses três sentidos, segundo Menezes (2004, p. 12) servem para mostrar que as Políticas Sociais não estão isentas de contradições e nem é a expressão da vontade do mais poderoso, mas algo emergente no qual podem incidir a crítica do discurso dominante e a proposição de alternativas para a sociedade em seu conjunto. “O Estado deve intervir para garantir que aqueles que não têm renda, que estão abaixo das linhas de pobreza recebam o serviço público”, sintetiza o autor

Estabelecendo os objetivos da Assistência Social, a Constituição Federal de 1988, determina: a proteção da família, da maternidade, da infância, da adolescência e da velhice; o amparo às crianças e adolescentes carentes; a promoção da integração no mercado de trabalho.

Neste sentido, portanto, a Constituição brasileira de 1988, põe a Assistência Social na condição de um direito social, possibilitando direcioná-la em um patamar mais estratégico assentado no avanço político dos grupos populacionais que recorrem a seus serviços.

Um dos efeitos dessa nova condição colocada pela Constituição de 1988 à Assistência Social são os programas desenvolvidos pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, setor governamental responsável pela coordenação da Política Nacional de Assistência Social, cujo grande desafio é cumprir a LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social⁶, atuar em conjunto com os Estados, Distrito Federal e Municípios (BRASIL, 2004)

⁶ LOAS – É a Lei Orgânica da Assistência Social que regulamenta como direito do cidadão e dever do Estado o atendimento das necessidades básicas dos indivíduos. Sancionada em dezembro de 1993, a LOAS coloca o núcleo familiar como o primeiro objetivo da assistência social e estabelece. Que, em conjunto com o governo estadual, as prefeituras ficam incumbidas de atender crianças e adolescentes (PASTORELLI, 2001).

Segundo Carvalho (2000), o modelo proposto passa pela implantação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), uma das suas prioridades, cujo foco está a família. Além da descentralização e municipalização das ações da Política Nacional de Assistência Social, o SUAS permite a definição das responsabilidades de cada uma dessas instâncias, facilitando e agilizando a operação de financiamento e, inclusive, contando com o co-financiamento nas três esferas de governo.

Cabe ao Sistema Único de Assistência Social (SUAS), implementar a avaliação, o monitoramento e o controle sistemático da gestão, tendo em vista a inclusão social da população, além de prever também o relacionamento com organizações privadas que atuam na Política Nacional de Assistência Social de forma complementar (Carvalho, 2000).

Na Cidade de Manaus, algumas ações têm sido tomadas para garantir e potencializar a efetividade social almejada pelas políticas públicas. Segundo documento da Secretaria de Articulação de Políticas Públicas (SEARP, 2010) esta entidade, por meio de sua Secretaria Executiva Adjunta de Articulação de Políticas (SAPP), vem concentrando esforço no sentido de consolidar a implementação de cinco (5) grandes projetos que têm como objetivo a viabilização da infra-estrutura para a organização social de alguns municípios, dentre eles, Manaus.

Dentre as atividades desenvolvidas pela SEARP, pode-se destacar as seguintes ações desenvolvida no período de janeiro a outubro de 2010:

- a) Oficinas de Planejamento e Projetos com ênfase em Empreendedorismo juvenil;
- b) Coordenação e elaboração do anteprojeto de lei para a criação do Conselho Estadual das Cidades do Amazonas, em conjunto com os representantes dos Movimentos Sociais Populares;
- c) Prospecção, análise e seleção dos editais de projetos sociais a serem pactuados entre entidades da organização civil e poder público estadual e federal;
- d) Implantação da Agenda Ambiental na Administração Pública – A3P, no âmbito da SEARP;

e) Elaboração da Cartilha para Conselheiros Populares;

f) Assessoramento técnico aos municípios comprometidos com a criação de Conselhos Municipais das Cidades; e

g) Assessoramento técnico aos Municípios comprometidos com a criação de Fundos Sociais de Habitação de Interesse Social e de Saneamento Básico ou Ambiental.

Com o objetivo de propiciar as organizações de base sócio-ambientais às condições necessárias para o acesso e implementação de políticas e/ou programas que promovam a redução da pobreza na região e a conservação da biodiversidade por meio de produção sustentável a SEARP elaborou no decorrer de 2010, diversos projetos internos, os quais resultaram, segundo documento da entidade (SEARP, 2010), na captação de recursos para o financiamento de atividades fins da Secretaria, podendo-se destacar:

a) Elaboração de Projeto de Patrocínio à SUFRAMA (Superintendência da Zona Franca de Manaus), para a IV Conferência Estadual das Cidades;

b) Elaboração de Projeto de Patrocínio à Caixa Econômica Federal para a IV Conferência Estadual das Cidades; e

c) Projeto de Fortalecimento das Organizações Sociais e Populares do Corredor Central da Amazônia – CCA.

Neste panorama pode-se apontar também, que a Secretaria de Estado Social (SEAS) liberou ano passado R\$ 6,5 milhões para o Projeto Ame a Vida, executado pela OSCIP (Organização da Sociedade Civil de Interesses Público) e pelo PROSAM – Programas Sociais da Amazônia (Portal D24AM, 2010).

Em suma, como afirmam os teóricos que se debruçam sobre o assunto, as políticas públicas, tanto as emergenciais como as de médio e longo prazo, são decisivas no combate à pobreza e às desigualdades sociais.

No eixo seguinte estão questões levantadas somente com os colaboradores do Centro. Desse modo, a tabela 3 aponta as informações dos entrevistados sobre o perfil das famílias atendidas pelo Centro de Convivência da Família Pe. Pedro Vignola e as vantagens dos serviços prestados à população atendida.

Tabela 3- Opinião sobre o perfil da população atendida e a respeito dos resultados dos serviços oferecidos.

Respondentes	Depoimento
Colaborador 1	<i>“O perfil da demanda é mais de classe baixa, embora o atendimento se estenda a todas as classes sociais. No geral quem mais procura o centro são pessoas carentes. As vantagens para os atendidos é que eles têm opção de lazer, segurança, saúde, apoio psicológico e mesmo para melhorar de vida”.</i>
Colaborador 2	<i>Pode-se dizer que o número maior são de pessoas mais vulnerável socialmente. As vantagens é que aqui no Centro, essas pessoas podem conseguir melhoria de vida e até da auto-estima”</i>
Colaborador 3	<i>“O centro está aberto a todas as camadas sociais, mas as famílias pobres são as que mais participam. O centro representa para essas famílias uma possibilidade de mudar de vida, pois a instituição oferece todo o apoio necessário para que os mais necessitados tenham uma chance melhor na sociedade”.</i>
Colaborador 4	<i>“A prioridade é a massa que apresenta a vulnerabilidade, mas todas as classes sociais são atendidas. Quanto às vantagens para as populações atendidas, o centro dá uma oportunidade muito grande de socialização, de melhoria da saúde, oportunidade de melhoria da qualidade de vida, e da valorização do indivíduo”.</i>

Fonte: Centro de Convivência da Família Pe. Padre Vignola (2011).

Com bases nos comentários, pode-se perceber que a finalidade básica do Centro de Convivência da Família Pe. Pedro Vignola é o atendimento à população mais pobre, embora se estenda a todas as camadas da comunidade onde está inserido.

O Brasil, como já se viu em outra parte deste estudo, é um país com um número considerável de pobres. Revelando os indicadores da desigualdade social e econômica no Brasil, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA (Fala Brasil, 2011), afirma que são 56,9 milhões de pobres, sendo 24,7 milhões de pessoas na extrema pobreza. Destacando perfil dessa população, o instituto aponta:

a) Crianças – mais de 50% das crianças com até 2 anos de idade são pobres

- b) Os afrodescendentes – representam 63% dos pobres e 70% dos indigentes;
- c) Os Nordestinos ou moradores das regiões metropolitanas do Sudeste;
- d) Os membros de famílias chefiadas por adultos de baixa escolaridade;
- e) Os membros de famílias chefiadas por trabalhadores autônomos ou por empregados sem carteira assinada.

Diversos, portanto, são os fatores que caracterizam a pobreza, fazendo dela um problema social. Segundo Silva (2005), é nesta circunstância que mulheres, negros, velhos, crianças, deficientes, emigrantes e imigrantes, em geral compartilham de desigualdades comuns e não raro à pobreza absoluta.

Na mesma linha de pensamento Nogueira (2011) comenta que a pobreza radica em causas muito diversas: um ambiente ruim é gerador de pobreza, bem como também um mal urbanismo, a falta de habitação, um sistema de saúde pouco equitativo; o abandono escolar precoce, o desemprego e assim por diante.

Em razão da pobreza não se constituir uma categoria homogênea, as políticas pública, acredita a autora, têm de ser diversificadas e constantemente ajustadas, criando oportunidade de trabalho e gerindo recursos escassos com competência.

Com efeito, a intervenção social constitui um dos mais fortes instrumentos da política social, embora haja necessidade de revisar a validade dos seus modelos perante as transformações do mundo moderno e diante da vulnerabilidade social de inúmeras famílias que se encontram entre os grupos populacionais com maior dificuldade (Hespanha et. al. 2007).

A tabela 4 apresenta informações sobre a atuação das equipes de atendimento e acerca das atividades oferecidas pelo Centro de Convivência da Família Pe. Pedro Vignola.

Tabela 4- Informações sobre a atuação das equipes e sobre as atividades oferecidas

Respondentes	Depoimento
Colaborador 1	<i>“O atendimento prestado pelas equipes de apoio tem sido o de ajudar, orientar, motivar, e levar as pessoas que nos procuram a se interessarem pelas atividades do centro como forma de uma nova oportunidade de vida. Como as atividades são de acordo com cada secretarias, aqui no CETAM, há cursos de Informática, Embelezamento, Artesanato, Idiomas, mas as pessoas atendidas podem participar de cursos de outras secretarias”.</i>
Colaborador 2	<i>Através de intervenção multidisciplinar envolvendo as secretarias e o próprio Centro, para formar uma rede de proteção à família. As atividades são de acordo com as secretarias. Temos muito interesse em ajudar as pessoas que nos procuram, principalmente aquelas famílias pobres, carentes de tudo”.</i>
Colaborador 3	<i>“Há uma articulação entre as secretarias, e como há muitos funcionários, a nossa política de trabalho é de um atendimento multidisciplinar. Há várias atividades, como atendimento psicológico e de profissionais do Serviço Social. O Centro oferece também atividades culturais, de lazer, oficina de música. O importante é fazer com que as pessoas em estado de vulnerabilidade social se sintam reconhecidas como cidadãos de direitos”.</i>
Colaborador 4	<i>“Cada Secretaria tem uma gestão particular e todas são articuladas com uma gerência técnica, funcionando como uma teia. As atividades oferecidas são muitas e diversificadas e ocorrem de acordo com cada secretaria e todas funcionam muito bem. É nosso dever, ajudar quem precisa e gente necessitada é o que não falta aqui em Manaus e sem dúvida em todo o país”.</i>

Fonte: Centro de Convivência da Família Pe. Padre Vignola (2011).

Pelo exposto verifica-se que a equipe de apoio do Centro de Convivência da Família Pe. Pedro Vignola é formada por pessoas que se mostram, comprometidas e integradas com os propostos da instituição, desenvolvendo suas atividades por meio de equipe multidisciplinar, uma modalidade de trabalho em grupo que visa fundamentalmente uma ação interativa entre os profissionais e a troca de saberes, de forma a se desenvolver um atendimento de qualidade.

As atividades oferecidas, como afirmam os entrevistados, são efetivadas de acordo com as Secretaria envolvendo atendimento psicológico, de assistência

social, além de outras atividades como culturais, lazer, oficina de música e assim por diante.

As ações realizadas pelo profissional de Serviço Social, por exemplo, tem como objeto de atuação os segmentos mais vulnerabilizados. Seu trabalho consiste em promover o protagonismo social dos indivíduos por meio de ações que visem a melhoria do padrão de qualidade de vida, superação das desigualdades e garantia de equidade, tendo como público alvo as famílias e indivíduos com perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade, desvantagem pessoal resultante de deficiências, exclusão da pobreza ou no acesso às políticas públicas, desenvolvendo as seguintes atividades:

- ◆ Recepção e acolhida de famílias, membros e indivíduos;
- ◆ Levantamento sócio-econômico e cadastro de famílias e demais segmentos;
- ◆ Reconhecimento da área de abrangência do Centro de Convivência, no que se relaciona à identificação da rede de serviços oferecidos, a fim de formar parcerias;
- ◆ Encaminhamentos feitos para os programas, serviços ou entidades capazes de atender as necessidades diagnosticadas;
- ◆ Oferta de procedimentos profissionais em defesa dos direitos humanos e sociais e dos relacionados às demandas de proteção social de Assistência Social;
- ◆ Acompanhamento familiar;
- ◆ Proteção pró-ativa por meio de visitas técnicas domiciliares às famílias que apresentem situação de vulnerabilidade social.

Como mediador, o Assistente Social, segundo Yazbek (2000), não raro carrega o desafio de atuar em meio as diversidades, fragmentações e ambiguidades contidas em uma dada realidade.

O pensamento objetivo, analítico, integrativo e experimental do Serviço Social é a superação do imediatismo, do atender desvinculado da realidade sócio-econômico-cultural [...] é o rompimento do fazer por fazer, a busca das causas que são projetadas a fim de se questionar a melhor direção nas suas soluções e encaminhamentos (Yazbek, 2000, p. 55).

Com base nesse ponto de vista, o profissional do Serviço Social atua dentro de um esforço amplo para influenciar mudanças de condições sociais que afetam as populações mais carentes.

No que se refere ao trabalho do profissional de Psicologia, a este cabe o desenvolvimento de atividades de terapia, atendimento individual e grupo terapêutico. Trabalha basicamente com as demandas de cada um dos usuários necessitados do atendimento, atuando como facilitar, objetivando a diluição no próprio grupo dos temas levantados.

Com a utilização da técnica de dinâmica de grupo, o foco é sempre uma temática individual ou coletiva, procurando esgotar os conflitos existentes, ou seja, de ordem pessoal, familiar e/ou social, motivação, afetividade, saúde, auto-imagem, luto, perdas e limitações físicas.

Dentre suas atividades estão:

- ◆ Acolhimento;
- ◆ Oficinas lúdicas;
- ◆ Acompanhamento psicopedagógico;
- ◆ Elaboração do 'projeto de vida' (os adolescentes e jovens relatam através de entrevista individual seus desejos e potencialidades);
- ◆ Orientação vocacional;
- ◆ Oficinas de cursos de acordo com os seus interesses relatados em seus projetos de vida detectados por meio da técnica vocacional;
- ◆ Encaminhamento ao mercado de trabalho através de parcerias.

O Psicólogo em sua área de atuação tenta responder aos desafios surgidos na realidade na qual está inserido, comprometendo-se com uma postura crítica que pensa a realidade institucional em suas nuances e aspectos mais profundos, descobrindo-se como instrumento de alívio das facetas mais sofridas da realidade humana (Angerami-Camon et. al. 1996).

As ações, portanto do Assistente Social e do psicólogo, bem como de toda a equipe que compõe o quadro de colaboradores do centro de Convivência da Família Pe. Pedro Vignola, são voltadas para a melhoria da qualidade de vida das famílias, trabalhando a valorização e integração familiar e comunitária, objetivando a construção de novos laços afetivos, a reconquista da alegria, da esperança, o resgate de sua importância na sociedade e o incentivo à participação como pessoa humana.

Os programas, projetos e ações de desporto e lazer da população, voltadas para o atendimento às crianças, adolescentes, jovem, adultos e idosos são de responsabilidade da Secretaria de Juventude Esporte e Lazer (SEJEL).

Os programas voltados para educação e trabalho, estão sob o encargo do Centro de Educação Tecnológica do Amazonas (CETAM); a programação artística e cultural é oferecida pela Secretaria de Estado de Cultura (SEC).

Os Programas de Saúde são de responsabilidade da Secretaria de Estado de Saúde (SUSAM) e os de atendimento psicossocial são de responsabilidade da Secretaria de Estado de Assistência Social e Cidadania (SEAS).

Todos os programas incluem a formulação de políticas públicas, propostas de diretrizes e coordenação da implementação de ações governamentais. Acreditando em todas essas possibilidades, a equipe de apoio do Centro de Convivência da Família Pe. Pedro Vignola, procura contribuir com a formação integral das pessoas, numa tentativa de mudar suas realidades para melhor.

A tabela 5 destaca os desafios enfrentados pelo Centro para atingir seus objetivos e a opinião sobre se os resultados almejados foram alcançados.

Tabela 5- Opinião sobre os desafios do centro e acerca do alcance dos objetivos almeçados.

Respondentes	Depoimento
Colaborador 1	<i>“Acho que a estrutura, que ainda deixa a desejar. São muitas as pessoas que procuram o centro, mas ainda não temos tantas salas para todas as atividades. Quanto ao alcance dos resultados almeçados, acredito que estes foram sim alcançados, mas ainda temos coisas a melhorar. Estamos conseguindo manter um bom trabalho, mesmo com algumas deficiências na infra-estrutura”.</i>
Colaborador 2	<i>“A transformação do projeto em Políticas Públicas, algumas falhas na rede assistencial, porque não temos infra-estrutura suficiente para atender todas as famílias que procuram o centro. De certo modo, os resultados almeçados estão sendo alcançados, mais faltam algumas coisas a conquistar”</i>
Colaborador três	<i>“A maior dificuldade é não podermos atender a demanda de pessoas que procuram o Centro. Os objetivos têm sido alcançados, mas as dificuldades para levar o projeto adiante são grandes, como, por exemplo, a falta de uma melhor infra-estrutura”.</i>
Colaborador 4	<i>“Eu diria que o maior desafio está na gestão que precisa articular melhor as secretarias para que os recursos não falem para as necessidades do centro. Os resultados são alcançados em parte. As vagas são ainda poucas para tanta demanda; a estrutura física é ainda pequena para tanta gente que precisa dos serviços que o centro oferece. Não existem recursos definidos, a gente tem que correr atrás dos recursos sempre. A questão financeira pesa um pouco”.</i>

Fonte: Centro de Convivência da Família Pe. Padre Vignola (2011).

Sob o ponto de vista dos entrevistados, o maior desafio do Centro é não poder atender a toda a demanda que procura a instituição. Embora afirmem que os resultados almeçados estão sendo alcançados, ainda falta muito para que os resultados sejam realmente satisfatórios, como, por exemplo, a ampliação do espaço demandado para a população atendida, e para as que desejam ser atendidas e falta de uma linha de recursos mais definida.

A esse respeito, Bierrenbach (2005) argumenta que limitadas pelas contingências econômicas, a dimensão das políticas públicas voltadas para a marginalização social apresentam-se como áreas estanques nos planos dos governantes. Nesta perspectiva, as verbas destinadas aos serviços sociais em

geral serão sempre insuficientes para o atendimento da demanda e quaisquer que sejam os investimentos, serão sempre incompatíveis com as necessidades da população marginalizada.

Esse também é o pensamento de Soares (2000 apud Simionatto & Nogueira, 2005) quando diz que dois traços comuns caracterizam o perfil das políticas sociais no país: o primeiro é o de natureza pró-cíclica ou regressiva, tanto em relação aos gastos como aos financiamentos do setor social, geralmente reduzidos a mecanismos compensatórios mínimos. O segundo refere-se ao esvaziamento do orçamento dos setores sociais, com cortes em programas destinados aos segmentos de classe mais subalternizados e com menor poder de pressão, o que, segundo o autor, impede a expansão dos serviços e produz a sua saturação pelo excesso de demanda.

Desse modo, como frisa Bierrembach (2005), cabe ao Estado, engajado com a população civil realizar uma política de redistribuição de renda, conquistar canais de participação popular, se quiser obter resultados satisfatórios e globais em seus programas sociais.

De qualquer forma, os Centros de Convivência para as famílias são importantes espaços de convivência, de promoção da reabilitação e inclusão social das pessoas em situação de vulnerabilidade social, conforme mostram as tabelas abaixo:

As tabelas seguintes apresentam o perfil social, econômico e cultural das famílias participantes, dados estes obtidos nos documentos disponibilizados pela instituição:

Na tabela 6 estão descritos a idade dos usuários do Centro.

Tabela 6- Idade da população atendida no Centro.

Idade	Percentuais
De 18 a 45 anos	54%
De 46 a 50	35%
Acima de 60 anos	12%

OBS; Não entraram na pesquisa as crianças, que são atendidas em grande número por dia.

Fonte: Centro de Convivência da Família Pe. Padre Vignola (2011).

Percebe-se que a maioria dos participantes são populações jovens, na faixa etária entre 18 e 45 anos, para quem o Centro oferece cursos profissionalizantes, inclusão digital, atividades artísticas e culturais, atendimento psicossocial, esporte e lazer e assim por diante.

Na tabela 7 identifica-se o sexo dos usuários.

Tabela 7- Sexo da população atendida

Gênero	Percentuais
Masculino	36%
Feminino	64%

Fonte: Centro de Convivência da Família Pe. Padre Vignola (2011).

Com bases nesses resultados apresentados na tabela 7, verifica-se que as mulheres são as maiores participantes das Atividades do Centro.

O mundo feminino sofreu mudanças notáveis, intensificadas nas últimas décadas, com as mulheres ocupando maiores espaço na sociedade, fato que como afirma Martins (2000), registra mudanças significativas na paisagem social e desenham perfis que, somados, compõem um universo fascinante, com as mulheres, ainda que enfrentando muitos desafios, caminhando e se estabelecendo cada vez mais no mundo dos negócios.

A tabela 8 mostra o estado civil dos participantes.

Tabela 8- Estado civil da população atendida

Estado civil	Percentuais
Solteiro	26%
Casado	42%
Separado	9%
Divorciado	3%
Viúvo	6%
União estável	14%

Fonte: Centro de Convivência da Família Pe. Padre Vignola (2011).

A tabela 8 comprova que 42% (a maioria) dos participantes do Centro são casados, relação esta na qual, segundo Romanelli (2005), organizam-se projetos coletivos, cuja finalidade é assegurar a manutenção do grupo como um todo e procurar promover sua mobilidade social, sobretudo dos filhos.

A tabela 9 destaca a renda familiar dos usuários.

Tabela 9- Renda familiar da população atendida

Renda familiar	Percentuais
Inferior a 1 salário	2%
1 salário	12%
1 a 2 salários	50%
2 a 4 salários	22%
4 a 6 salários	9%
Acima de 6 salários	5%

Fonte: Centro de Convivência da Família Pe. Padre Vignola (2011).

Percebe-se pelos resultados que a maior parte dos usuários do Centro (50%) tem renda familiar entre um e dois salários mínimos, configurando que a grande maioria vive em situação econômica difícil e apertada.

As diversas teorias sociológicas têm afirmado que a desigualdade e a pobreza no mundo tendem a se reproduzir e a se ampliar, e nunca a alcançar um equilíbrio. Diante desse quadro, Costa (1997) comenta que o enfraquecimento dos Estados nacionais, causados, entre outras razões, pelos efeitos da globalização, democratiza a pobreza, o analfabetismo e as deficiências regionais, além de fazer recrudescer, nos países 'desenvolvidos', conflitos mascarados pela integração nacional.

A tabela 10 mostra a atividade profissional dos participantes.

Tabela 10- Atividade profissional e/ou origem da renda da população atendida

Atividade profissional/origem da renda	Percentuais
Trabalho com carteira assinada	48%
Trabalho informal	21%
Trabalho formal e informal	11%
Aposentadoria/pensão	10%
Bolsa Família	10%

Fonte: Centro de Convivência da Família Pe. Padre Vignola (2011).

Verifica-se que a maioria (48%) trabalha com carteira assinada, mas uma grande parte (21%) vive do trabalho informal. Na concepção de Mestriner (1999), são alguns sinais que anunciam os limites da condição de vida dos excluídos e subalternizados da sociedade, que muitas vezes expressam também o quanto a sociedade pode tolerar a pobreza sem uma intervenção direta para minimizá-la ou erradicá-la.

Na tabela 11 identifica-se o nível de escolaridade dos usuários.

Tabela 11- Grau de escolaridade da população atendida

Escolaridade	Percentuais
Analfabetos	0,7%
Ensino Fundamental incompleto	11%
Ensino Fundamental completo	10,2%
Ensino Médio Incompleto	14,3%
Ensino Médio completo	50,8%
Superior incompleto	9,9%
Superior completo	2%
Pós-graduação	0,9%
Mestrado	0,3%

Fonte: Centro de Convivência da Família Pe. Padre Vignola (2011).

Os resultados indicam que a maioria (50%) tem o Ensino Médio completo, comprovando que as pessoas começam a entender que a educação pode ser uma forma concreta de conquistar as competências almejadas e assim romper as barreiras da desigualdade.

A tabela 12 expressa a opinião dos representantes das famílias atendida sobre o Centro, o atendimento das equipes de apoio e sobre as razões que os levaram a buscar os serviços da instituição

Tabela 12- Opinião dos representantes das famílias atendidas, sobre o Centro, o atendimento das equipes e sobre a razão da participação nas atividades da entidade.

Respondentes	Depoimento
Representante 1	<i>"É um local ótimo, pois oferece coisas boas que melhoram o cotidiano das pessoas. O atendimento é muito bom, as pessoas são atenciosas e quando preciso de ajuda para alguém da família, logo consigo encaminhar para o médico ou fisioterapia. Não tenho do que me queixar. O que me trouxe para cá foi a possibilidade de realizar algumas atividades físicas e fiz isso por recomendação da médica e ainda consegui trazer meu marido, filhos e netos".</i>
Representante 2	<i>"Um local excelente, aqui me sinto reconhecida. A gente tem um atendimento e atenção muito bom. Vim para cá por causa de um cirurgia oncológica. Tinha que fazer o pós-operatório e reabilitação, aqui encontrei apoio. Estou me sentindo muito bem"</i>
Representante 3	<i>"Um local que ajuda muita gente. O atendimento merece elogios. Sempre que preciso converso com o Assistente Social e ele me atende muito bem, me orienta, me dá esperança. Vim para cá para fazer exercícios, pois necessito, mas acabei encontrando outros tipos de ajuda".</i>
Representante 4	<i>"Eu acho o Centro um local que todas as pessoas deveriam ter acesso, ainda mais aquelas pessoas que são pobres. O atendimento é muito bom, somos ouvidos. Vim para cá porque passei por depressão e não tinha mais vontade de fazer nada. Uma vizinha me convidou e eu vim. Estou bem, tomo meus remédios, converso com a Psicóloga, faço musculação. O centro mudou minha vida".</i>

Fonte: Centro de Convivência da Família Pe. Padre Vignola (2011).

Nos quatro depoimentos, o Centro e o atendimento das equipes de apoio são reconhecidos como muito bom. Os atendidos se sentem reconhecidos, amparados e apoiados. Buscaram a entidades por motivos diversos e não se sentem decepcionados no atendimento às suas necessidades e carências.

A assistência social, como coloca Mestriner (1999) tem dupla face: é prestação de serviços e é ação sócio-educativa. Assim, a busca de ajuda não se restringe somente ao plano da subsistência material, mas também na busca de ser ouvido e orientado.

Neste contexto inserem-se os Centros de Convivência das Famílias que, como dizem Damasceno e Reinaldo (2011) agem como promotores de reintegração social, por meio de ações que envolvem o trabalho, a geração de renda e a autonomia das pessoas atendidas, sendo também espaço onde se desenvolvem atividades artísticas e culturais, estratégias válidas que têm facilitado, sob diversos aspectos, o resgate da cidadania dos indivíduos mais necessitados.

No entendimento de Pimenta (2011), os Centros de Convivência não significam e nem equivalem-se a simples formas de ocupação nem tão pouco se configuram como espaços artificiais, descontextualizados, empobrecidos de trocas e privados de interesses, limitando-se a oferecer atividades repetitivas e sem sentido. Ao contrário, trata-se de um trabalho de intervenção complexa de redes de negociação e oportunidades, de diferentes formas de sociabilidade, de acesso e exercício de direitos; lugares de diálogo e de produção de valores.

Em outros termos, na concepção do autor os Centros de Convivência se revelam como importantes recursos no processo de autogestão, onde o foco é a pessoa e seu reposicionamento social.

Nas ponderações do autor:

Embora não seja um dispositivo clínico, seus efeitos se fazem notar no acompanhamento de cada sujeito, ao promoverem mudanças, reposicionamentos, escolhas e subjetividades [...] Podemos considerar que este lugar se constitui como motor de produção de sujeitos, de sentido de vida, na medida em que a escolha entre tecer ou danças, modelar ou pintar, provoca descobertas e desencadeiam novos projetos, pois inserimos nas atividades uma metodologia que contemple olhares e ações voltados para as habilidades da autogestão e autodefesa [...] propõe-se aprender os diferentes sentidos das atividades e dos processos, do criar e do produzir, da arte e da cultura, indagando seus significados pessoais e comunitários [...] possibilitando uma escuta a pessoa que quer ser, fazer, trabalhar, produzir, aprender, conhecer e tantos outros (Pimenta, 2011, p. 6).

Sob esse prisma, os Centros de Referências para as Famílias são importantes na vida de muitas pessoas, pois funcionam por meio de uma rede

básica de ações articuladas, visando a vulnerabilidade das famílias nas localidades onde estão inseridos.

A tabela 13 contempla informações sobre o tipo de atividades que o representante da família participa e sobre os resultados mais importantes obtidos com a participação nas atividades oferecidas pela entidade.

Tabela 13- Informações sobre o tipo de atividade que o representante da família participa no Centro e a respeito dos resultados mais importantes obtidos com a participação na instituição.

Respondentes	Depoimento
Representante 1	<i>“Eu faço musculação, caminhada e também tenho acompanhamento psicológico. A minha participação no Centro trouxe para minha vida a melhora da qualidade de vida, conseguir unir minha família, tirar meus netos da rua”.</i>
Representante 2	<i>“Participo das atividades físicas, caminhada e estou em um curso de artesanato, para vê se melhora a renda da minha família. Os resultados mais importantes é que me deu qualidade de vida e oportunidade de aprender uma atividade para poder trabalhar”.</i>
Representante 3	<i>“Faço atividade física, hidroginástica e sempre que posso assisto palestras, eventos culturais, oficinas. Tudo o que fiz até agora me trouxe bons resultados”.</i>
Representante 4	<i>“Faço caminhada, assisto palestras, faço acompanhamento psicológico sempre que necessito. Os resultados foram muito bons, melhorou minha depressão, pois o centro me dá ocupação da mente. Gosto muito daqui”.</i>

Fonte: Centro de Convivência da Família Pe. Padre Vignola (2011).

Com base nos depoimentos, as atividades físicas, acompanhamento psicológico, eventos culturais e palestras são as atividades mais visadas pelos entrevistados, e todos consideram que os resultados foram bons, pois trouxeram mudanças positivas para suas vidas. Os respondentes mostram-se pessoas cômicas da situação difícil em que vivem, mas demonstram determinação e disposição para conquistar os espaços sociais mais altos, e o Centro parece ser como uma porta que se abre, possibilitando-lhes novas oportunidades de trabalho, de qualidade de vida e de ampliação cultural.

Neste sentido, como assevera Pereira (2006), a assistencial social toma forma de espaço de produção e de atenções, de modo a minimizar o

rebaixamento das condições de vida da população espoliada. Em outros termos, a assistencial social passa a ser mecanismo econômico e político para cuidar daqueles que não existem para o capitalismo, como os indigentes, os desempregados, os deserdados.

Assim, supõe-se que a formulação de políticas públicas de assistência social é um papel que o Estado deve desempenhar perante a sociedade, por meio de seus governantes, assumindo o compromisso de situar as necessidades das classes subalternas no topo da agenda pública e enfatizar o compromisso técnico de intervir nos fatores determinantes de suas condições de pobreza, como baixa escolaridade, desemprego, qualificação profissional nula e assim por diante.

Segundo Buss (2000 apud Lefevre & Lefevre, 2004, p. 71), a nova concepção de Estado, subjacente à proposta das políticas públicas ao segmento mais necessitado da população, é aquela que (re)estabelece a centralidade de seu caráter público e de sua responsabilidade social, isto é, seu compromisso com o interesse público e o bem comum. “Neste contexto é possível superar a ideia de políticas públicas como iniciativas exclusivas ou monopolistas do aparelho estatal”, sintetiza o autor.

Sob esse ponto de vista, as políticas públicas assim formuladas, deixam de ser concebidas como uma iniciativa exclusiva do poder estatal e passam a ser pactuadas através de fóruns participativos que refletem as diversidades das necessidades de cada segmento, constituindo-se, dessa maneira, em uma nova e mais adequada redistribuição de direitos e responsabilidades entre o Estado e a Sociedade.

Em outros termos, acredita-se que as ações de assistência social deve, direcionar-se para processos participativos, sociais e institucionais orientados para a elaboração e implementação de políticas públicas saudáveis e coerentes, que visem sobretudo a superação do quadro de profunda desigualdade que atinge os Estados brasileiros. Mas isso, afirmam Lefevre e Levefre (2004), depende da ação concentrada dos governantes.

Adotar este projeto significa assumir uma política de governo, que o envolverá de forma global, pois será necessário avançar e trabalhar as interrelações dos diferentes setores, ou seja, educação, saúde, saneamento, transporte, etc., o que implica a adoção de políticas integradas e, portanto, radicais transformações nos processos de gestão atualmente em cena (Levefre e Levefre, 2004, p. 110).

Assim sendo, mesmo que seja um horizonte limitado e incapaz de por fim aos mecanismos geradores da desigualdade na sociedade capitalista é preciso considerar o significado da assistência social dentro de cada contexto histórico e para as classes subalternas (Oliveira, 2011).

No caso específico das famílias, que são espaços de socialização e proteção primária, é primordial que sejam, como sugere Vanzetto (2011) centros prioritários de atenção para as ações de Assistência Social, uma vez que o sistema imposto na sociedade não dá condições humanas para uma vida cidadã.

Para Mioto (2004, p. 57) isso significa: mudanças de postura da sociedade como um todo; significa desvencilhar-se dos estereótipos e preconceitos delas; implica, por outro lado construir um novo olhar sobre as famílias e novas relações entre elas e os serviços sociais que lhes são oferecidos, serviços estes que têm como responsabilidade a implementação de programas relacionados à orientação e ao apoio sóciofamiliar. “Assim o trabalho está apenas começando”, finaliza a autora.